



BANCADA PARLAMENTAR

Discurso de Sua Excelência

Sérgio Pantie

Chefe da Bancada Parlamentar da FRELIMO

Membro da Comissão Permanente

da Assembleia da República

**Proferida por Ocasão da
Sessão Solene de Encerramento da
VII Sessão Ordinária da Assembleia da
República - IX Legislatura**

Maputo, 31 de Maio de 2023

**Sua Excelência Senhora Presidente da Assembleia da República,
Venerando Presidente do Tribunal Supremo,
Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo,
Veneranda Presidente do Conselho Constitucional,
Digníssima Procuradora-Geral da República,
Senhor Primeiro-Ministro,
Senhores Ministros e Vice-Ministros,
Senhor Presidente do Conselho Autárquico da Cidade de Maputo,
Senhor Secretário de Estado da Cidade de Maputo,
Senhores Representantes do Corpo Diplomático,
Senhores Chefes das Bancadas Parlamentares,
Respeitados Pares,
Ilustres Convidados,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,
Excelências,**

Com muita honra e em nome da Bancada Parlamentar da FRELIMO e no meu próprio, saúdo calorosamente o Povo moçambicano nesta sessão solene que marca o encerramento dos trabalhos da VII Sessão Ordinária da Assembleia da República.

A Sua Excelência **Filipe Jacinto Nyusi**, nosso querido Presidente da República e Presidente da FRELIMO, dirigimo-nos com um carinho renovado, pela sua dedicação exemplar ao Povo moçambicano e pela sua firme liderança da Nação na consolidação da Unidade Nacional, da paz e da democracia, e na edificação de um Moçambique cada vez mais próspero.

Congratulamo-lo, Sua Excelência Senhor Presidente Filipe Jacinto Nyusi pela implementação de acções e realizações que visam a melhoria progressiva das condições de vida das famílias moçambicanas, destacando-se:

- O Sistema de Abastecimento de Água do Posto Administrativo de Zinhane, no distrito de Chigubo, no âmbito do Programa Água para a Vida (PRAVIDA) e do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), que vai beneficiar milhares de famílias;
- A entrega do Hospital Distrital de Búzi, no âmbito da Iniciativa Presidencial “Um Distrito, Um Hospital”, apetrechado com equipamento de ponta e constituído por 7 blocos distintos e do Radar Meteorológico da Cidade da Beira, no âmbito da Iniciativa Presidencial “Um Distrito, Uma Estação Meteorológica”, ambos na Província de Sofala;
- A inauguração dos Edifícios dos Tribunais Judiciais dos distritos de Mapai, Molumbo, Mulevala, Mocubela, Luabo e Inhassunge, todos inseridos na Iniciativa Presidencial “Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal, até 2023”, que garante o acesso a justiça e reforçam a legalidade, garantindo o respeito pelas Leis e asseguram os direitos e as liberdades dos cidadãos e;
- A inauguração da Central Fotovoltaica do Posto Administrativo de Mapulanguene, distrito de Magude, província de Maputo, inserido no Programa Nacional de Energia para Todos (PROENERGIA), que visa garantir o acesso à energia para mais moçambicanos. O projecto está previsto para fornecer corrente eléctrica a cerca de 209 beneficiários, incluindo a sede do Posto Administrativo, uma escola, um Centro de Saúde, 190 residências, posto policial, estabelecimentos comerciais, uma estação meteorológica e um sistema de abastecimento de água.

Bem-haja Camarada Presidente Filipe Jacinto Nyusi.

Excelências,

Reafirmamos o nosso elevado reconhecimento ao compromisso inabalável de Sua Excelência o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, de continuar a dar o seu contributo no reforço à paz e no combate contra o terrorismo.

Regozijamo-nos pelo facto do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos guerrilheiros da Renamo (DDR) estar a caminhar para o seu fim, prevendo-se o encerramento da sua última base, em Gorongosa, na província de Sofala, em Junho próximo. Queremos que este processo se realize antes das eleições autárquicas porque têm sido usados como pretexto para os seus objectivos políticos.

Por outro lado, anima-nos constatar que mais de trezentos mil deslocados devido ao terrorismo, já regressaram às suas zonas de origem, na província de Cabo Delgado, ao mesmo tempo que o Governo garante condições sociais básicas nas zonas, em reconstrução.

Com muita satisfação, acompanhamos a visita efectuada aos teatros operacionais de Palma e Mocimboa da Praia por Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, que permitiram ter a sensibilidade das Forças de Defesa e Segurança nos diversos dispositivos, mas também o reforço operacional concedido à Força Local que opera em Mueda e em outros locais atingidos pelo terrorismo para maior enfrentamento do inimigo.

Queremos ainda destacar, a participação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi no debate de Alto Nível organizado pelas Nações Unidas, em Nova Iorque, sobre a protecção de civís em zonas de conflito, onde partilhou a experiência de Moçambique na assistência à população civil deslocada devido ao terrorismo, em Cabo Delgado, e na abordagem de inserção social dos deslocados, através de acções produtivas para o seu auto-sustento revelando o compromisso de Moçambique em minimizar o impacto do terrorismo.

O trabalho vistoso e o espírito humanista do Camarada Presidente Filipe Jacinto Nyusi neste âmbito, mereceu elogios e admiração do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que congratulou Moçambique pelo seu empenho visando contribuir para o combate ao terrorismo.

Compatriotas,

A 11 de Outubro próximo realizam-se as 6^{as} eleições autárquicas, um processo que através da participação de todos os munícipes com idade de votar e ser eleitos contribui para a consolidação da democracia multipartidária em Moçambique.

É mais um momento que os moçambicanos reafirmam o seu compromisso para com o fortalecimento da democracia, tendo nas eleições como a única via de acesso e exercício do poder político no contexto de um Estado de Direito Democrático e de Justiça Social.

Cientes da nossa responsabilidade politico-histórica na condução dos destinos do povo moçambicano, nós, a FRELIMO, reafirmamos a nossa determinação de participar e voltar a merecer a confiança dos eleitores das 65 autarquias. Merecer a confiança dos eleitores para modernizar a gestão autárquica. Merecer a confiança para prover mais e melhores serviços aos munícipes, acelerar os processos de atribuição de DUAT's, elaborar Planos de pormenor das vilas e autarquias garantindo um Plano de Ocupação de Terras para Habitação, Serviços, Agricultura, Reservas Municipais, Parques e Jardins, e assegurar maior protecção e inclusão social. Vencer as eleições porque a FRELIMO é a melhor e única solução política para dirigir bem as 65 autarquias.

Para materializar este propósito e em consonância com o princípio de que "*A Vitória Prepara-se, A Vitória Organiza-se*", a FRELIMO reuniu nos dias 24 e 25 de Março, na Escola Central do Partido, Província de Maputo, Cidade da Matola, onde tomou importantes decisões, com vista a preparar as Eleições Autárquicas de 11 de Outubro de 2023. Realizou ainda, as Reuniões dos Conselhos Nacionais da OMM e da OJM, onde o processo de preparação das eleições também foi objecto de debate.

Os nossos congressos, comités centrais do partido e das organizações sociais são realizados com as quotas e contribuições voluntárias dos nossos membros e simpatizantes. Nesta matéria podemos dar o curso de curta duração para a Renamo de como se organiza um Partido.

Por decisão da Comissão Política, as Brigadas Centrais deslocaram-se as Províncias para divulgar a Directiva sobre Eleições Internas, cumprindo com o compromisso de apresentar os melhores candidatos à Cabeças de Lista e a Membros dos Órgãos Autárquicos. As escolhas de FRELIMO responderão aos anseios dos militantes e dos munícipes das respectivas Vilas e Autarquias.

A nossa vitória nas eleições autárquicas de 11 de Outubro próximo é condição para que Moçambique continue a consolidar um processo sólido de autarcização e de descentralização focado no empoderamento e desenvolvimento das comunidades locais.

Tendo presente que a democracia é feita e depende dos homens, exortamos a todos os jovens e adultos, homens e mulheres, aos partidos políticos, sociedade civil, a prepararem-se para mais um exercício de cidadania, participando de forma ordeira, pacífica, transparente e exemplar, em todas as etapas de preparação e realização das eleições, a partir do recenseamento eleitoral que está em curso desde o passado dia 20 de Abril.

Compatriotas, é importante participar do processo de recenseamento eleitoral porque só assim poderemos votar no dia 11 de Outubro. O processo de recenseamento termina no dia 3 de Junho próximo.

Excelências,

Com preocupação, temos acompanhado pela comunicação social e nas redes sociais o registo de situações de morosidade no processo de recenseamento eleitoral em alguns postos, em diferentes locais do nosso país, bem como de ilícitos eleitorais.

Apelamos as autoridades competentes, nomeadamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e ao Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) que tudo façam para garantir que o processo seja célere e que no final todos os moçambicanos

maiores de 18 anos ou que a data das eleições completem 18 anos e residam em zonas autárquicas estejam recenseados e possam exercer o seu direito de eleger e ser eleitos.

Apelamos que todos, e principalmente os partidos políticos e seus dirigentes, pautem pela observância das regras plasmadas na legislação eleitoral, evitando quaisquer atitudes que possam conformar em ilícitos eleitorais, como temos vindo a testemunhar, um pouco por todo o País, a atitude da Renamo de transportar cidadãos de zonas não autárquicas para as autárquicas com o objectivo de recensear, agressão física e psicológica dos fiscais e brigadistas da FRELIMO, bem como a queima de suas casas, a pernoita nos postos de recenseamento para avolumar as bichas e criar distúrbios, vandalização de equipamentos informáticos, entre outros.

Saudamos e encorajamos aos órgãos de administração e gestão eleitoral pela decisão que tomaram de suspender, de forma preventiva, todos os funcionários envolvidos em casos suspeitos de ilícitos eleitorais, mostrando o seu compromisso com a transparência e a legalidade.

Excelências,

A sessão que hoje encerra foi produtiva e ficará marcada pela aprovação de importantes instrumentos legais da vida política, económica e cultural do país e para a consolidação do Estado de Direito e Democrático.

Queremos destacar a Revisão da Lei nº 5/2022 de 14 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 14/2022, que aprova a Tabela Salarial Única.

Esta revisão, consistiu em rever em baixa os quantitativos referentes ao vencimento e suplementos para os Titulares e Membros dos Órgãos de Soberania, Procuradoria-Geral da República e Titulares e Membros dos Órgãos Públicos. Uma decisão que mostra o compromisso de todos nós, em consentir sacrifícios com vista a garantir a uniformidade e a coerência em relação ao princípio pelo qual este dispositivo legal foi aprovado por esta Magna Casa.

Recordar que, os objectivos que nortearam a decisão dos Deputados da minha Bancada de aprovar a harmonização e implementação da reforma da política salarial são nobres, uma vez que asseguram a estabilidade normativa com relação a temática dos salários, reduzindo consubstancialmente o excesso de normas e a existência de diversas entidades a quem competia o estabelecimento de salários.

Outrossim, esta reforma salarial contribui para uma maior justiça salarial na função pública, através da eliminação da prática remuneratória diferenciada entre os Funcionários e Agentes do Estado em igualdade de circunstâncias e o alcance do equilíbrio salarial nas carreiras profissionais, reduzindo assim o fosso salarial entre os funcionários em exercício de carreira e em exercício de função, bem como a eliminação das diversas tabelas salariais e o alcance da sustentabilidade financeira do Estado.

Queremos saudar o Governo por ter criado uma comissão para a implementação da reforma da Política Salarial, que permitiu de entre muitas constatações, a eliminação de funcionários fantasmas que acresciam a despesa pública e isto permite que tenhamos uma melhor performance na Administração Pública.

Aprovamos, ainda, a Revisão Pontual da Lei que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição do Presidente da República e dos Deputados da Assembleia da República e da Lei que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição da Assembleia Provincial e do Governador da Província; a Lei de Investigação em Saúde Humana; a Lei do Cajú; e a Lei de Investimentos Privados.

Excelências,

Nas habituais sessões de Pedidos de Informação e Perguntas ao Governo, a Assembleia da República exerceu a sua função constitucional de fiscalizar a acção do Executivo permitindo que os moçambicanos fossem esclarecidos sobre matérias de interesse nacional no desenvolvimento económico e social, actuação das instituições da administração pública, combate a criminalidade e noutros domínios.

Mereceram especial atenção a situação das empresas participadas pelo Estado como a LAM e Tmcel, onde o Governo esclareceu a sociedade da real situação e apresentou as propostas de resgate destas empresas de bandeira nacional.

Apreciamos e congratulamos o trabalho do Governo, no sector da agricultura, que através do **Programa SUSTENTA**, um programa nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, para melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção da agricultura sustentável social, económica e ambientalmente, está a contribuir para o aumento da produção e da produtividade no nosso país. Não temos dúvidas que a manterem-se os níveis de trabalho e cometimentos dos diferentes actores do programa, a médio prazo teremos uma agricultura que responda aos desafios que o país tem em termos de provimento de alimentos e também contribua para a exportação.

Paralelamente, acompanhamos o trabalho em curso nos sectores de estradas e pontes, na saúde, nos transportes e comunicações, na gestão de recursos hídricos e noutros sectores importantes para o desenvolvimento do País.

Na ocasião, o Governo provou aos moçambicanos a sua determinação na implementação de políticas e estratégias que operacionalizam o Programa Quinquenal tendo como fim principal criar o bem-estar para o nosso maravilhoso povo.

Queremos assinalar o esforço do Governo em continuar a trabalhar para que mais moçambicanos tenham acesso a água potável, a energia, a construção e apetrechamento de unidades sanitárias e escolares, centros de formação profissional e outras infra-estruturas relevantes.

Dentre outras matérias, não foi a debate a Lei que Cria o Fundo Soberano, dada a necessidade de harmonização e maior aprofundamento.

Para além desta, foi depositada nesta Magna Casa a Proposta de Revisão da Lei de Trabalho, na qual constata-se estar desajustada aos novos sectores de actividade, com destaque para o mineiro e o petrolífero nacional.

Esta Proposta de Lei visa conformar o quadro Jurídico Laboral aos regimes especiais de trabalho e as convenções internacionais ratificadas por Moçambique. A Proposta de Lei está ainda a receber contribuições dos vários sectores e grupos interessados.

Queremos assegurar ao Governo, aos Sindicatos e aos empregadores o total engajamento da FRELIMO para apreciação e aprovação de uma Lei de Trabalho ajustada a realidade político, económica e social que o país vive. É do interesse desta Magna Casa que a Lei a ser aprovada, brevemente, seja do consenso dos diferentes actores.

Sua Excelência Senhor Primeiro-Ministro,

Transmita as saudações da Bancada da FRELIMO aos Membros do Conselho de Ministros pela profícua articulação e debate que estabelecemos nesta Magna Casa, bem como pelo empenho continuado na implementação do Programa Quinquenal, que tem assegurado uma vida mais digna aos cidadãos desta "Pérola do Indico".

Com efeito, a Assembleia da República aprovou a Lei do Investimento Privado, um documento que visa, dentre vários aspectos, promover a contínua melhoria do ambiente de investimento e de negócios no País, respondendo um dos eixos de actuação e atracção de mais investimentos, no âmbito do Pacote de Medidas de Aceleração Económica.

Permitam-nos que expressemos o nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Governo na reconstrução pós-ciclone, que visa manter a funcionalidade das infra-estruturas, tais como escolas, hospitais, estradas, pontes e linhas de transmissão de energia, afectadas pelas cheias e inundações. Merece particular destaque os trabalhos que estão a ser realizados nas zonas afectadas pelos ciclones. Saudamos, ainda, o Governo pelos esforços que tem vindo a empreender visando controlar a situação da cólera no País.

Solidários como sempre com as vítimas dos ciclones e outras intempéries, a nossa Bancada fez chegar a Vossa Excelência, Senhora Presidente, o cheque no valor de um

milhão e cem mil meticais (1.200.000,00 meticais) prometido aquando do repto lançado no início da Sessão que ora termina.

Excelências,

Através da Informação Anual da Digníssima Procuradora-Geral da República os moçambicanos e o mundo puderam inteirar-se do Estado da Justiça em Mocambique.

A interacção entre o Judicial e o Legislativo permitiu tomar conhecimento dos avanços e das melhorias de condições de trabalho nas diferentes magistraturas, do processo de investigação dos grandes crimes, do combate a corrupção e ao branqueamento de capitais, bem como do trabalho que está a ser feito para tornar a nossa justiça cada vez mais célere, justa e próxima do cidadão.

Excelências,

O país está na rota do desenvolvimento mas persistem, ainda, desafios que exigem o engajamento e cometimento de todos e de cada um de nós, como por exemplo:

- A reabilitação da Estrada Nacional N1 e de outras vias principais que permitem a transitabilidade para garantir a ligação do País, a circulação de pessoas e bens;
- A persistência dos casos de raptos e sequestros;
- A sinistralidade rodoviária;
- Os casos de corrupção na Função Pública e as cobranças ilícitas às populações e utentes para que acedam aos diferentes serviços públicos, protagonizadas pelos funcionários públicos;
- Os casos de exploração de recursos naturais e abate ilegal de espécies animais e/ou seus despojos à margem da Lei e do ambiente;
- A insegurança das viaturas moçambicanas na vizinha África do Sul.

Excelências,

Caros jovens moçambicanos,

Esta nação nasceu da luta heróica empreendida por Jovens. Foram os jovens do 25 de Setembro que com sentido patriótico e de missão decidiram empreender a luta contra o colonialismo português. Desde a luta armada de libertação nacional a nossa juventude desempenha um papel preponderante e determinante na edificação e na tomada de decisões neste país.

Os jovens libertaram o país do jugo colonial, garantindo que cada moçambicano fosse dono do seu destino. A mesma juventude, logo após a independência, assumiu o poder e convocou outros jovens, a geração 8 de Março, para assegurar a liderança do país e construir o homem novo.

Estes jovens garantiram a consolidação na Nação moçambicana, engarajaram-se na luta contra a agressão que sofremos dos regimes segregacionistas da África do Sul e do Zimbabwé. Mais uma vez, o compromisso e o patriotismo da juventude moçambicana foram determinantes para vencer o ataque externo e paralelamente engajar-se na luta pela independência dos países amigos como o Zimbabwe e África do Sul.

Hoje, temos milhões de jovens que constroem este país colocando o seu conhecimento e energia em diferentes sectores de actividade mesmo com desafios que persistem de darmos melhor saúde, educação, habitação e mais emprego.

Para a FRELIMO, a juventude moçambicana é e sempre será a força motriz do País que tem desempenhado um papel importante nas diferentes esferas da sociedade, contribuindo positivamente na agricultura, na indústria, na defesa da soberania nacional, na ciência, nas artes e cultura, no desporto, na política e no empreendedorismo, colocando todo o seu saber e energia, em prol de um Moçambique cada vez mais próspero.

Exortamos a juventude moçambicana, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico a não se deixar enganar e nem envolver em agendas estranhas à ordem social desta Nação. Este país é vosso. Este país tem potencial para continuar a crescer e

desenvolver e contará sempre convosco.

Congratulamos o Governo que através da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego tem se engajado em providenciar condições para os jovens empreenderem garantindo uma renda e empregando outros jovens.

Caríssimos Pares,

Atentos ao debate nacional sobre a descentralização bem como as várias incongruências e conflitos resultantes da adopção do modelo de descentralização iniciado em 2019, um grupo de Deputados, tomou a iniciativa de submeter a esta Magna Casa o Projecto de Revisão Pontual da Constituição tendente a alterar o número 3, do artigo 311, que impõe a realização das eleições distritais em 2024.

Aproveitamos esta ocasião para saudar o trabalho levado a cabo pela Comissão de Reflexão sobre a Viabilidade da Realização das Eleições Distritais em 2024 (CRED), e o relatório apresentado aos moçambicanos sobre a matéria.

Esperamos, pois, que alguns partidos afastem a preocupação e se juntem a sociedade moçambicana neste processo para que, possamos rever pontualmente a Constituição, retirando do texto constitucional a obrigatoriedade de realização de eleições distritais em 2024.

É nossa expectativa que a aprovação desta revisão constitucional seja por consenso e resulte do concurso das aspirações de todas as forças políticas da sociedade moçambicana. Auguramos, ainda, que juntos possamos lançar uma reflexão a nível nacional para que, após uma larga consulta à sociedade moçambicana possamos apresentar à Assembleia da República modelos alternativos e ajustados à realidade moçambicana.

Senhora Presidente da Assembleia da República,

Excelências,

Enaltecemos, ainda, o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Leonardo Simão, pela sua nomeação a representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para África Ocidental e Sahel e para presidir a Comissão Mista Nigéria-Camarões, no âmbito da resolução do conflito fronteiriço, entre os dois países, um acto que prestigia a diplomacia moçambicana e eleva o nome do nosso País no concerto das nações.

No plano internacional, preocupa-nos, ainda, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia que está a causar milhões de deslocados, mas também a contribuir para o encarecimento do preço dos alimentos, do petróleo e da energia eléctrica. Esta situação elevou a inflação em todo o mundo e tem atingido diversos países e Moçambique não é excepção. A posição de Moçambique reafirmada no Conselho de Segurança das Nações Unidas, de uma solução negociada do conflito e de predisposição para acolher a mediação do mesmo, encontra espaço na visita efectuada pelo Chefe da diplomacia ucraniana Dmytro Kuleba a Maputo, no passado dia 26 de Maio, bem como da visita que inicia hoje, 31 de Maio, do Chefe da diplomacia russa Sergei Lavrov.

Uma palavra de encorajamento ao povo irmão do Zimbabwé e ao seu Governo que numa situação de sanções injustas se reergue. Na recente visita efectuada pelo Presidente Nyusi àquele país, testemunhamos os avanços que se registam no sector da agricultura e pecuária, bem como na ciência, mostrando que é possível fazer um desenvolvimento resultante de esforços internos. Apelamos aos países que impuseram sanções injustas ao Zimbabwé que as retirem, para permitindo que o país possa relançar o seu desenvolvimento.

Excelências,

A Bancada da FRELIMO tem estado a acompanhar o trabalho do Governo e de diversas entidades em prol da inclusão e assistência social da pessoa com necessidades especiais causadas por diferentes enfermidades raras. A discriminação destes concidadãos, o difícil acesso aos serviços de saúde, transportes e a sua educação preocupam à sociedade.

A este respeito, testemunhamos pela televisão no domingo passado um caso especial que comoveu toda a sociedade, o caso da Família Mandlate, com três filhas, lindas, simpáticas e afáveis, nomeadamente Amélia, Joana e Angelina, todas com problemas de paralesia motora. Nasceram bem mas na fase adulta mas na fase escolar o estado de saúde delas foi se agravando, tornando-as paralíticas e com necessidades especiais. Estes e outros casos devem merecer o espírito de compaixão, atenção, solidariedade e reflexão da sociedade moçambicana.

Estes e outros casos são a dura realidade de muitas famílias moçambicanas que sofrem na calada da família com o drama de várias doenças crónicas e raras as quais a nossa sociedade ainda não debate e que obrigam as famílias a se esconderem da dura realidade de ter um parente que dependa totalmente do apoio da família para o que é básico do ser humano.

No passado dia 21 de Maio, em Maputo, a minha Bancada procedeu a entrega de produtos alimentares ao Centro de Acolhimento Obra Dom Orione, em apoio as crianças com necessidades especiais e com deficiência mental, fruto da contribuição dos deputados da Bancada.

Estes casos nos levam a reflectir e colocarmos a esta Magna Casa a necessidade de reflectir sobre o escopo de actuação do Gabinete Parlamentar do HIV/SIDA. Pensamos ser urgente reflectir sobre as atribuições do Gabinete e incluir na sua acção doenças como o autismo, diabetes, cancros da próstata, da mamã e do colo de útero, entre outras.

Através do Gabinete, tal como fazemos com a problemática do HIV/SIDA, a Assembleia da República, pode trazer à tona a sua voz para muitas enfermidades que são tabus na sociedade e no mundo em geral.

Excelências,

A si Dra. Esperança Bias, Presidente da Assembleia da República, saudamos pela dedicação e serenidade na condução dos trabalhos desta Magna Casa do Povo que permitiram a produtividade que todos nós testemunhamos.

A vós, respeitadas pares, vai o nosso apreço pela dedicação e sentido de responsabilidade com que, nas Comissões Especializadas, nas Bancadas e no Plenário, participaram nos trabalhos desta Sessão.

Demonstrámos, deste modo, o nosso compromisso e responsabilidade perante os moçambicanos de que somos mandatários nesta grandiosa missão de legislar e de fiscalizar a acção do Governo.

Aos convidados, representando os órgãos de soberania, dirigentes dos partidos políticos, as autoridades civis, militares e religiosas, as ordens e associações profissionais, o corpo diplomático, a comunicação social e o Público vão os nossos agradecimentos pela presença nesta sessão solene.

A terminar, queremos agradecer a todos os moçambicanos pela força que têm dado ao Governo e a Bancada da FRELIMO e reiterar que a FRELIMO tem no Povo o seu leme.

A todos os deputados, um bom regresso aos seus círculos eleitorais e ao convívio dos vossos familiares e amigos.

60 ANOS, CONSOLIDANDO A UNIDADE NACIONAL, PROMOVENDO A PAZ E O DESENVOLVIMENTO

FRELIMO A FORÇA DA MUDANÇA!

Muito obrigado pela atenção dispensada